

## **A ESCRITA DA MULHER NEGRA NO BRASIL: DO SÉCULO XVIII AO LIMAR DO SÉCULO XXI**

Maria Consuelo Cunha Campos  
UERJ

Focalizar o percurso da escrita da mulher negra no Brasil, desde o século XVIII- onde se localizam os primeiros manuscritos autógrafos que chegaram até a atualidade- implica deparar-se com testemunhos de resistência, individual, a princípio, e coletiva, no século XX, contra, pelo menos, uma dupla exclusão: a racial e a de gênero.

Pelo menos, dizemos, porque mais outros handicaps, ainda - tais como a pobreza, a exclusão ou a marginalização da escolaridade, por exemplo- podem acrescentar-se também a ambos e, por isto, acompanhar esta trajetória, através do tempo, constitui-se também numa forma de refletir sobre o papel desempenhado por estes discursos produzidos à margem da cultura hegemônica, do cânone literário.

Considerando, portanto, este segmento populacional historicamente excluído e a escrita como a relação de um sujeito coletivo do processo simbólico- e não de um objeto, nele, como tem sido a perspectiva tradicional de abordagem das figurações de segmentos excluídos em textos canônicos- com seu instrumento de expressão, importa-nos rastrear- lhe o processo histórico, desde o momento em que se pode documentar a apropriação da escrita até o da constituição de um sistema literário, com as produções coletivas, como Cadernos Negros, antologias, etc.

Foi feito, portanto, um corte. Limites de extensão deste paper; de tempo não só para apresentá-lo mas também para prepará-lo, com a pesquisa que ele demanda; visão do conjunto do simpósio, de que ele é parte, e no qual outras exposições abordarão a produção feminina afro-brasileira das últimas décadas foram as razões que o determinaram. Genericamente considerada (não levando, ainda, em conta a desigualdade em desfavor das escritoras não brancas,

relativamente a estas ), a quase totalidade da produção feminina brasileira anterior às primeiras décadas do século XX foi esquecida, mesmo aquela das poucas autoras que, em seu tempo, conseguiram sobrepor-se de alguma forma, à regra do anonimato feminino, e da “invisibilidade” de seu texto, obtendo, por exemplo, uma nota de rodapé de um historiador da literatura, situando-a entre escritores menores, ou uma crítica masculina condescendente, em algum jornal ou revista de época.

Assim, esta produção feminina teria sido perdida para sempre, não fossem operações de resgate “arqueológico”, empreendidas por pesquisadoras, individualmente e em grupos de trabalho, nas últimas décadas, recuperando sua memória e trazendo, pelo menos em parte, seus textos até nós.

Sendo pois, patente a desigualdade entre a memória, a tradição, a canonicidade dos textos de autores, em relação às dos textos de autoras, no Brasil, então, quando aí se opera um recorte, para focalizar especificamente a escrita das mulheres negras, esta outra desigualdade, étnica, se dá aqui a perceber, claramente desfavorável às afro-brasileiras, inclusive no próprio resgate de seus textos dos séculos XVIII e XIX.

Precursoras desta arqueologia específica, como Maria Lúcia de Barros Mott, Alzira Rufino, Nilza Iraci, já apontaram, diversas vezes, em suas publicações consagradas ao tema, as dificuldades suplementares à tarefa, como, por exemplo, a questão identitária, bem como a dos critérios para construí-la.

Maria Lúcia de Barros Mott, inclusive, ao final de seu “Escritoras negras resgatando a nossa história”, preconiza, como função deste resgate, a substituição da rejeição e do esquecimento a que tais autoras foram relegadas por um enfoque de conjunto da produção e das biografias levantadas.

Tal enfoque seria voltado não apenas para a já citada questão identitária ,mas também para outras, como a das opressões sofridas pelas afro-brasileiras nas relações de gênero inter-raciais, a da solidariedade entre afro-descendentes pobres e escravos; a da marginalização das populações negras após a Abolição,a de suas possibilidades de mobilidade social, a de uma socialização e formação destas escritoras no interior de um universo cultural e social hegemonicamente branco .

Não obstante todo o quadro de desigualdades e de dificuldades a vencer, é, todavia, de uma mulher, africana ,o mais antigo manuscrito autógrafo de ex-escrav@, de que se tem notícia no Brasil e, possivelmente, em toda a América,datado de 1752 :sua autora,Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz ,foi , pois, contemporânea do Barroco, do ciclo econômico do ouro das Minas Gerais,no contexto colonial, patriarcal, escravista e ainda não iluminado, no Brasil,pelas luzes da secularização.

Conta-nos seu biógrafo, Luiz Mott, que,pelo fato de ter sido presa(sob as acusações de heresia formal e de falso misticismo) pela Inquisição,tendo, em consequência, de responder a processo,ficou ,assim,neste,documentada por escrito uma versão da narrativa de sua história de vida, o que a tornou a ex-escrava africana sobre a qual se dispõe do maior número de informações biográficas comprováveis(ainda quando inquirida pela própria instituição de que se tornara ré ).

Das pesquisas do biógrafo na Torre do Tombo, em Portugal, surge-nos, em seu livro Rosa Egipcíaca , uma santa africana no Brasil , uma menina de seis anos, de etnia courana, procedente da Costa da Mina, nascida no reino de Judá, chegando ao Brasil, através do porto do Rio de Janeiro, num navio negreiro, em 1725.

Quando, portanto, ela responder a seus Inquisidores,algumas décadas depois, a questões sobre sua vida, irá declarar-lhes não saber quem foram seus pais, nem ter qualquer informação

acerca de sua família.Desenraizada, antes da idade do uso da razão, de sua etnia,de sua língua materna,de sua parentela e da própria África, à qual não mais regressaria, Rosa não guardou memória de desempenho de papéis na cena de família de sua cultura de origem.

É ainda Mott quem nos informa que, comprada como escrava ao chegar ao Rio, aos seis anos de idade, é levada pelo senhor a batizar na primitiva Igreja da Candelária, sendo violada por este aos catorze anos e vendida à mãe do poeta Frei Santa Rita Durão (moradora nas Minas Gerais, para onde Rosa é levada, provavelmente a pé), da qual teria sido “negra de ganho”, através de prostituição.

Exorcizada várias vezes como endemoniada,por causa de ataques,provavelmente epiléticos, durante os quais caía ao chão; açoitada como embusteira em pelourinho,o que lhe deixou como sequela uma paralisia do lado direito,Rosa saiu ,todavia, do meretrício e, comprada por um padre exorcista , regressou ao Rio de Janeiro, aí construindo , a partir do nome que passa a adotar, nova identidade, com a qual virá a ser conhecida nos meios eclesiásticos locais : Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz .

Remontando ao século VI D.C a primeira biografia da beata Maria do Egito,encontra-se também( narrada, em primeira pessoa,através do artifício formal de um relato autobiográfico),na Legenda Áurea medieval,sendo também sua história tematizada largamente na literatura (no Brasil, Manuel Bandeira e Rachel de Queiroz estão entre os autores que se interessaram pelo tema da beata egipcíaca ).

Diversos são os pontos de identificação,relativamente à história de vida da Rosa courana: ambas são africanas, tiradas de sua terra natal na infância , prostituídas na adolescência,tornando-se, depois ,penitentes, tendo, daí em diante suas respectivas vidas marcadas por episódios extraordinários ,na esfera religiosa .

Diz-nos Mott, no entanto, que a este constructo identitário de Rosa teriam sido acrescentados também traços de outras penitentes famosas na tradição religiosa católica, como as santas Maria Madalena e Taís. Estaríamos, com isso, ante um caso de sincretismo hagiográfico que o mesmo biógrafo ampliará para sincretismo inter-religioso, ao mencionar a coexistência de práticas católicas, como rezas em latim e cantos de hinos litúrgicos, com africanas, como fumo do cachimbo e o batuque.

Colocada, no Rio, sob a proteção de religiosos franciscanos menores do Convento de Santo Antônio, é possível, segundo supõe o biógrafo, imaginar que estes esperassem a transformação da Rosa courana numa nova Santa Efigênia (a nobre núbia que se fizera religiosa carmelita). Desta forma, a ex-escrava se tornaria modelo de conversão religiosa para os cativos do Brasil, a quem já eram também propostos à veneração outros santos católicos negros, como Benedito e Elesbão.

Sem registrar memória de haver desempenhado papéis sociais de filha, irmã, mãe, esposa, não só, como assinalamos, em sua cultura de origem, mas também naquela para a qual foi transplantada e onde foi transformada em mercadoria, objeto sexual e objeto de ganho, Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz - máscara branca (para usar a expressão de Fanon) sobre a pele negra de Rosa courana - vai embaralhar papéis, e inverter hierarquias, na cena familiar da mística cristã em que tenta inserir-se de uma forma não subalterna, como beata, quando penitente e recolhida em demanda de veneração em vida, e ainda guardando, ao contrário, a memória do quanto o racismo escravista já a fizera sofrer.

Ao subverterem-se, neste misticismo que cerca Rosa, as relações inter-raciais instauradas pela sociedade colonial escravocrata e ao serem introduzidas dissonâncias e diferenças, heterodoxias, nesta cena religiosa das crenças católicas, eclode então, em torno da beata,

o medo e, com ele, a denúncia e consequente repressão: prisão, interrogatório, como instrumentos de vigilância e de controle, da instituição religiosa e da metrópole.

Dos manuscritos autógrafos da ex-escrava, sobreviveram alguns, como uma carta de 1752, a um de seus senhores, e a descrição de uma de suas visões.

Tais manuscritos constituem feito bastante raro, para a época, uma vez que era regra, inclusive nas camadas senhoriais, o analfabetismo feminino, sendo iletrada também grande parte da própria população masculina e branca.

Tendo oscilado entre a vivência de situações paradigmáticas à situação de escrava, como Rosa Courana e a de outras, absolutamente incomuns a tal condição, como Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz –construindo, portanto uma persona(gem)- ela tentou, através desta modelagem de sua trajetória de vida adulta pela da Beata Maria do Egito, inserir-se na sociedade para a qual foi transportada- patriarcal, escravista e católica- de forma transgressora, desafiando preconceitos raciais, exclusões sociais e de gênero, bem como dogmas religiosos que a regulavam.

Mott lhe destaca, na biografia que lhe reconstruiu, a quebra do interdito à mulher de falar em público, bem como a superação- ainda que por breve tempo- das barreiras que segregavam escravos e escravas, bem como forros, de posições de relevo na esfera religiosa.

Destruída a maior parte do que escreveu e ditou, quando denunciada, com o antigo senhor e exorcista, à Inquisição, Rosa desaparece também fisicamente no universo inquisitorial, sem deixar traço do desfecho que teve sua vida e história e sua própria memória se esmaece totalmente no esquecimento de dois séculos até seu resgate, por volta dos anos 90.

A pesquisadora portuguesa Maria de Santa Cruz aponta-nos, ainda pertencente ao século XVIII, como escritora afro-descendente pela linhagem materna, Teresa Margarida da Silva Orta, autora do romance Aventuras de Diófanes, publicado em 1752 (ano do qual data também um manuscrito autógrafo que se conservou de Rosa), e pioneiro de autoria feminina em língua portuguesa,

.Tendo nascido no Brasil, foi esta autora, irmã do também escritor Matias Aires, com a família para Portugal ainda criança, lá passando a maior parte de sua vida e enfrentando vicissitudes como a de seu encarceramento no Mosteiro de Ferreira de Aves.

Diferente de Rosa, entretanto, era Teresa Margarida filha de um reinol que fez imensa fortuna na colônia, tendo tido educação incomum para uma mulher de sua época. Se Rosa, identificando-se à exemplaridade religiosa da Beata Maria do Egito, logrou conseguir o atalho que a convertesse, ainda que apenas por um tempo, numa figuração do Mesmo cristão, a da recolhida, a da penitente, ora exorcizada como endemoniada, ora cultuada como santa, na sociedade colonial ultramarina, Teresa Margarida, por seu turno, vivendo na metrópole, engajou-se na divulgação do ideário iluminista secularizante, inclusive na campanha pombalina contra os jesuítas.

Tendo frequentado o Convento das Trinas, segundo informa seu biógrafo Ernesto Ennes, onde, basicamente, teria adquirido sua bagagem cultural, depois aprimorada pelo convívio nos círculos intelectuais, inclusive de brasileiros, da corte portuguesa, Teresa Margarida foi a autora, conforme Tristão de Athayde, do panfleto anti-jesuítico intitulado Relação Abreviada, o qual teria servido a Basílio da Gama para a composição do poema Uruguai.

- esquecimento que recaiu sobre a Rosa, africana, no entanto, atingiu também a Teresa Margarida, afro-descendente, ela que, a seu modo, foi também transgressora de exclusões assinaladas a mulheres. Tendo publicado sob criptônimo as edições de

seu livro, foi este postumamente atribuído a Alexandre de Gusmão, como já o havia sido ao irmão de Pombal o panfleto anti-jesuítico. Incluídas ambas no resgate histórico de escritoras negras por Maria Lúcia de Barros Mott ( Rosa Egipcíaca o será também na história da mulher negra esboçada, coletivamente, por Alzira Rufino, Nilza Iraci e Maria Rosa Pereira), são, além de esquecidas que foram resgatadas, de certa forma também estranhas / estrangeiras, no Brasil : Rosa enquanto africana desenraizada da origem, e ,encarcerada por sua tentativa heterodoxa de inserir-se noutro universo religioso e social, levada ao reino, onde desaparece sem deixar traço; Teresa Margarida, vivendo em Portugal desde criança .

- A elas seguem-se, no século XIX, uma romancista e uma poeta afro-descendentes. A primeira, Maria Firmina dos Reis , maranhense de São Luís, nasceu em 1825, sendo considerada por alguns autores como a primeira romancista brasileira. Pobre, filha natural numa sociedade patriarcal e discriminadora , vivendo na província, falecendo solteira e sem filhos biológicos, teve , portanto, vários handicaps , do ponto de vista hegemônico, além dos de gênero e raça.
- Seu romance, Úrsula, publicado em 1859, sob pseudônimo (“uma maranhense “), como, um século antes, também Teresa Margarida publicara, em Portugal, o seu, constituirá o primeiro de temática abolicionista com autoria feminina. Em 1887, às vésperas , portanto, da Abolição, lançou um conto, “ A escrava”, com a mesma temática, tendo, ainda, colaborado em diversos jornais literários.
- Charadista, poeta – foi autora de Cantos à beira-mar, livro publicado em 1876- musicista, Maria Firmina compôs o Hino da libertação dos escravos. A importância de seu resgate, por Luísa Lobo, nesta arqueologia da literatura negra de autoria feminina,

está na valorização pioneira, pela romancista, do passado cultural, da memória africana, na luta identitária do negro na América.

- Longe dos centros de cultura e da corte ,não teve sua obra maior impacto.Entretanto, como destaca Charles Martin, em “Uma rara visão de liberdade”,ensejou uma revolução na representação do outro e da alteridade. Este outro passa a ser,no romance de Maria Firmina,não apenas um “ eu”,um sujeito, mas também, nesta condição, alguém que se expressa de modo próprio, e não meramente à maneira do Mesmo.
- De 1752- data do manuscrito autógrafo de Rosa e da publicação do livro de Teresa Margarida – a 1859, quando vem a público o romance Úrsula , teriam sido construídas as pré-condições ( apropriação da escrita e inserção no sistema literário )para emergência da escritora afro-descendente como sujeito deste processo simbólico no Brasil.
- Com seus diversos handicaps,do ponto de vista hegemônico, Maria Firmina dos Reis foi pioneira não só em tematizar ,na relação senhor-escravo a psicopatologia branca mas também a questionar a subalternidade dos papéis femininos na sociedade e as relações de poder sob esta repartição.
- Auta de Souza, nascida no Rio grande do Norte em 1876, foi criada pelos avós maternos no Recife e educada por religiosas francesas do Colégio São Vicente de Paula.Completou sua formação com leituras da biblioteca do irmão, o também poeta Henrique Castriçiano.É autora de um livro de poemas, Horto, publicado em 1901, ano de sua morte, e prefaciado por Olavo Bilac. Sucesso de vendas, elogiada pela crítica,a obra teve várias edições.

- Precocemente órfã, sem memória da fisionomia dos pais burgueses e ainda perdendo tragicamente um de seus irmãos, Irineu, solteira e sem filhos, tuberculosa, Auta de Souza, no entanto, diferentemente de Rosa Egipcíaca, teve o convívio familiar dos avós e irmãos, além de educação formal, para a época e o gênero esmerada. Sua abordagem literária da temática mística católica resultou, assim, em obra festejada a seu tempo, pela crítica, inclusive além província, bem como consagrada pelo povo, que transformou em canções para saraus e serenatas vários de seus poemas.
- No século XX, surgem Antonieta de Barros, autora do livro Farrapos de idéias (1937) e pioneira mulher parlamentar em Santa Catarina, onde foi deputada estadual por mais de uma legislatura, e, sobretudo, Carolina Maria de Jesus, mineira, favelada em São Paulo, que conheceu a fama e voltou ao anonimato (do qual sua vida e obra vêm sendo resgatadas, a partir das obras de Robert M. Levine e José Carlos Sebe Bom Meihy, por diversos pesquisadores, no Brasil e no exterior).
- O sucesso de Quarto de despejo, livro de estréia de Carolina, publicado em 1960, materializou-se em traduções para 13 idiomas, em circulação por mais de 40 países, além de dezenas de milhares de exemplares vendidos no Brasil. Isto desencadeou críticas também – inclusive acusações de mistificação literária ao jornalista Audálio Dantas, seu descobridor.
- Nos duzentos anos que separam a primeira tentativa documentada de inserção não subalterna, mediada pela escrita, de uma afro-brasileira no mundo hegemônico branco, da saga de Carolina Maria de Jesus, o trajeto da escrita feminina afro-brasileira não foi, absolutamente, linear. Do Iluminismo da obra de Teresa Margarida ao misticismo da de Auta de Souza; do pioneiro resgate solitário do passado e da cultura

africana, no romance abolicionista de Maria Firmina dos Reis à militância coletiva das escritoras negras, a partir de 1978, ano da fundação do MNCDR, depois MNU, e dos Cadernos Negros, em prol de uma literatura brasileira com identidade étnica, uma trajetória não somente de luta mas também de pioneirismo feminino se desenvolveu. Conhecendo o êxito, ainda quando breve, como Carolina Maria de Jesus, ou de forma mais duradoura na memória popular, como Auta de Souza, mergulhando no esquecimento para serem dele resgatadas como Rosa Egipcíaca, Teresa Margarida, Maria Firmina dos Reis e Carolina, nossas escritoras afro-brasileiras de todos estes séculos, estão, ainda, a demandar de nós, a pesquisa, a leitura e trabalhos de revisão de seu significado, à luz desta trajetória, com extensão e acuidade que superem, em muito, as do presente trabalho.